

ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas
DATA	15 de dezembro de 2023
LOCAL	Videoconferência
COORDENADORA DA REUNIÃO	Fabiana Vieira de Linhares
PROAD	896/2021

PRESENTES

NOME	ÁREA
Paulo André Cardoso Botto Jacon	Juiz Auxiliar da Presidência
Roberto Masami Nakajo	Juiz Gestor Estratégico de Metas
Ana Letícia Moreira Rick	Juíza do Trabalho Substituta lotada na Vara do Trabalho de Palhoça
João Carlos Trois Scalco	Juiz do Trabalho Titular da 5ª Vara do Trabalho de Florianópolis
Alcino Ecker Junior	Secretário-Geral da Presidência
Marcus Vinicius de Lima Oliveira	Diretor-Geral
Fabiana Vieira de Linhares	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Cristina Vivan	Coordenadora da Saúde
Gustavo Bestetti Ibarra	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Jamile Cury Cecato de Carvalho	Representando o Juiz Auxiliar da Corregedoria
Carmen Rodrigues Schmidt da Veiga	Coordenadora da Gestão da Força de Trabalho
Elizabete Tassinari Turri Dombrowski	Servidora lotada na Central de Apoio à Liquidação e Execução de Rio do Sul
Rubens Menezes Rau	Servidor lotado na 3ª Vara do Trabalho de Itajaí
José Dias de Oliveira Neto	Servidor lotado na Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste

Yara Probst Becker	Diretora da Divisão de Governança de Gestão de Pessoas - SGP
--------------------	--

ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

O Comitê de Gestão de Pessoas reuniu-se para a 2ª Reunião dos membros designados pela Portaria SEAP nº 117/2023, que exercerá o mandato para o biênio 2023-2025.

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou novamente as atribuições do Comitê, tendo em vista os novos integrantes da gestão do Tribunal recém empossados.

Em seguida, procedeu-se à eleição do coordenador do grupo, nos termos do § 4º, Art. 3º, da Portaria SEAP nº 26/2021:

“Art. 3º

(...)

§4º O CGP será coordenado por um magistrado, não vinculado a órgão diretivo do Tribunal, eleito por seus próprios integrantes.”

Sendo assim, são elegíveis a Dra. ANA LETÍCIA MOREIRA RICK e o Dr. JOÃO CARLOS TROIS SCALCO.

Dra. Ana Letícia se colocou à disposição para assumir a Coordenação e, por unanimidade, foi eleita Coordenadora do Comitê para o biênio 2023-2025.

Na sequência, foram apresentados, pela Diretora da Divisão de Governança de Gestão de Pessoas, os resultados da pesquisa de clima organizacional de 2023, conforme apresentação anexa a esta Ata.

O servidor Rubens sugeriu que, nos próximos ciclos de aplicação da pesquisa, seja juntado o link para o questionário na tela de apresentação do PJe, com foco em aumentar a participação dos servidores. A SGP verificará a viabilidade de implementar a sugestão.

Com relação aos resultados em si, Dra. Ana Letícia fez uma consideração a respeito da pergunta “As metas estão contribuindo para o resultado do meu trabalho”, ponderando que pode haver uma melhora na comunicação a respeito das metas estabelecidas pelo Tribunal.

O Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica afirmou que essa demanda já vem sendo identificada pela sua equipe e que, para o próximo ano, preveem ações nesse sentido, de letramento a respeito das metas, como são aferidas, como cada unidade pode controlá-las, etc.

Sobre o fator “carreira e desenvolvimento”, o servidor José Neto questionou:

“Acredito que a remoção interna no âmbito do TRT12, inclusive para àquelas vagas vinculada à FCs, deveria ter outro critério objetivo além do tempo de serviço. O ideal seria a realização de uma prova para os interessados na vaga. Dessa forma os servidores estariam sempre motivados para continuar estudando e se aperfeiçoando na carreira. Será que isso seria possível?”

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas esclareceu que os critérios para seleção disponíveis nos Editais de Remoção são estabelecidos pelas unidades que receberão os candidatos, e que a Secretaria procura sempre fomentar a seleção baseada em

competências, inclusive incluindo o mapa de competências do posto de trabalho ofertado no Edital.

Outro ponto debatido pelo grupo foi a questão dos Assistentes de Audiência, pauta trazida pela Dra. Ana Letícia, dada a dificuldade para encontrar servidores para essa função, o que pode trazer prejuízos para prestação jurisdicional.

A servidora Elizabete afirmou que esse mesmo problema acontece com relação aos calculistas. No caso de Rio do Sul, onde atua, os agendamentos de férias desses servidores, anteriores à criação da CALEX, ocasionou alguns transtornos. Sugere que haja um estudo para ampliação do quadro de servidores das CALEXs.

Dr. João, por outro lado, afirmou que, em Florianópolis, com a criação da CALEX, os problemas relacionados à falta de calculistas foram superados. Pontuou que poderia haver alguma solução nesse mesmo sentido para a função de assistentes de audiência.

Fabiana informou que a SGP prevê para o ano de 2024 a revisão no mapeamento das ocupações críticas e na política de sucessão, com o objetivo de aprimorar esses projetos e reduzir os impactos das vacâncias nas ocupações críticas, como é o caso dos assistentes de audiência e calculistas.

O servidor Rubens se colocou à disposição para colaborar no projeto e trouxe algumas demandas dos servidores que atuam como assistentes de audiências:

“Uma demanda dos Assistentes de Audiência (formulada em grupo) é sobre a possibilidade de trabalho remoto (ou semi-remoto - alguns dias remoto, outros presencial conforme a demanda de audiências presenciais). Isto porque a esmagadora maioria das audiências tem sido telepresenciais, mas o servidor tem precisado se deslocar mesmo assim pra VT.

No caso do trabalho presencial, que seja efetuado estudo para os equipamentos em uso (fone, monitores, teclados e mouse ergonômicos, etc) pois há equipamentos os mais diversos e sem uma "validação" sobre sua ergonomia, etc.”

O servidor ainda reforçou a fala do Dr. João, afirmando que uma central de assistentes de audiências remota poderia reduzir o impacto dos afastamentos (férias, licenças) dos servidores nessa função, na medida que outra pessoa poderia ser designada para cobrir tal afastamento em qualquer cidade do Estado.

Sobre a questão do uso de fones, a Coordenadora de Saúde informou que há um projeto em estudo naquela unidade para avaliar o impacto desse equipamento na saúde auditiva dos servidores.

Outro ponto debatido foi sobre a dificuldade na contratação de estagiários em algumas Varas. A servidora Elizabete questionou se poderia haver um aumento na bolsa de estágio, que é muito baixa em comparação a outros órgãos em SC, para atrair mais interessados.

Fabiana informou que o valor é determinado pelo CSJT, mas que o TRT 12ª Região e outros Tribunais já demandaram àquele Conselho pelo aumento do valor da bolsa de estágio.

A Dra. Ana Letícia informou que está tendo uma boa experiência com um Jovem Aprendiz na Vara de Palhoça e sugeriu que outras unidades possam aderir a essa possibilidade. Vai repassar para a SGP, para estudos, os contatos do Programa GERAR, um programa social que permitiria a contratação de Jovens Aprendizes sem custo para o Tribunal, tendo em

vista que as 12 vagas previstas no contrato firmado pelo TRT para esse tipo de contratação já estão preenchidas.

Não havendo mais nada a tratar, o grupo deliberou que as sugestões discutidas serão levadas a conhecimento da Administração.

Em seguida, finalizando a reunião, Dra. Ana Letícia desejou um feliz natal a todos do grupo e sugeriu a criação de um grupo de whatsapp para facilitar a comunicação entre os membros.

A próxima reunião está pré agendada para a última sexta-feira de março de 2024, às 14h, conforme calendário de reuniões ordinárias.

FECHAMENTO DA ATA

DATA	NOME DO REDATOR	CONTATO
15-12-2023	Yara Probst Becker	3216-4223